

7. A Igreja de Deus que está no Ceará

O estado do Ceará está situado na Região Nordeste do Brasil tem uma população estimada em 8,21 milhões de pessoas, o que corresponde a 4,4% da população brasileira e a 15,92% da do Nordeste. A taxa de urbanização chega a 74,5%, concentrando-se mais da metade desse contingente, 41,56% ou (3,4 milhões) na região metropolitana de Fortaleza. A taxa de residência permanente em localidades rurais totaliza hoje 25,5%, o equivalente a 1,9 milhão de habitantes.

A situação socioeconômica do povo cearense continua sendo preocupante, uma vez que mais da metade da população encontra-se na linha da pobreza e da miséria. O índice de analfabetismo ainda é muito alto, com mais de 1 milhão de jovens e adultos. Nos centros urbanos a maior dificuldade se dá pelo inchaço das periferias e áreas de risco, sem condições dignas para a sobrevivência humana; no litoral as comunidades pesqueiras sofrem as consequências da pesca predatória e da carcinicultura. Já as comunidades do interior do estado permanecem com o desafio da convivência com o semiárido e toda a problemática que lhe é peculiar.

O estado do Ceará corresponde ao Regional NE 1 da CNBB, formado por nove dioceses: Fortaleza, Crato, Sobral, Limoeiro do Norte, Iguatu, Crateús, Quixadá, Itapipoca e Tianguá. Das nove dioceses, somente três possuem mais de 50% da população na zonal rural.

Sendo a segunda maior população católica do país, alcançando 86,55% dos habitantes (CNBB, 2003, n. 62), a Igreja de Deus que está no Ceará não pode ficar indiferente a todas as questões que afligem o povo cearense no campo socioeconômico, e permanece firme no seu trabalho missionário, objetivando uma adesão a Cristo pela fé e o fortalecimento da comunidade eclesial como resposta ao crescente pluralismo religioso.

Resgatar a cidadania, pela solidariedade e justiça social, pela ética na política e pela atenção aos excluídos, é um empenho constante da Igreja, como testemunham as muitas iniciativas empreendidas pelas pastorais sociais e outros

organismos eclesiais, sejam através de parcerias com movimentos sociais, ONG's, organizações populares e, até mesmo, com órgãos governamentais.

A característica peculiar da Igreja do Ceará ao longo de toda sua história foi a missionariedade. Uma Igreja atenta às orientações do magistério e da tradição, humilde e servidora, atualizada e comprometida com a construção do Reino, que evangeliza e é evangelizada, que leva a Palavra de Deus tanto àqueles que não a receberam quanto àqueles que já a receberam, mas a abandonaram. Uma Igreja formada por membros capazes de planejar participativamente suas ações na busca de soluções compartilhadas, que manifesta sua fé por meio da sagrada liturgia, de uma oração que nasce da vida e do coração.

As distâncias e o grande número de comunidades eclesiais a serem assistidas nunca foram obstáculos para os missionários, sejam eles ministros ordenados, religiosos/religiosas ou leigos/leigas que desbravavam e desbravam todos os dias o solo cearense anunciando a Boa Nova. São, aproximadamente, 550 presbíteros espalhados nos 148,8 mil km² de área territorial, os quais diariamente buscam pôr em prática o quanto é orientado pela Igreja do Ceará:

Evangelizar o povo no Ceará, para o encontro com a pessoa de Jesus Cristo, como discípulos missionários, por meio do serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão, na promoção e defesa da vida, reafirmando a evangélica opção pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa humana, renovando a Igreja como rede de comunidades, formando o Povo de Deus e participando da construção de uma sociedade justa e solidária, a caminho do Reino Definitivo (CNBB-NE1, 2007, n. 40).

7.1.

Um breve relato histórico da Igreja do Ceará

Relatar a história da Igreja do Ceará é resgatar a característica mais peculiar dos homens e mulheres da terra semiárida da caatinga nordestina: o heroísmo. No decorrer da história, é comum deparar-se com provas de heroísmo. Heroísmo esse nada parecido com o dos imigrantes estrangeiros, que ao saber da realidade da região, nem sequer tomaram posse das terras secas, com baixa pluviosidade. Em contradição com outras regiões do país, aonde o progresso chegou e se estabeleceu, aos nordestinos restaram fome, analfabetismo e doenças.

E mesmo diante de tal realidade de morte o homem e mulher nordestinos buscam na fé em Deus a força para sobreviver a tempos tão cruéis.

O Ceará era uma região que só veio a ser efetivamente povoada a partir de meados do século XVIII, portanto, estava pouco marcada pelas experiências do período colonial, principalmente no tocante ao caráter institucional da religião. Na época da sua fundação, a diocese possuía poucos padres, poucas igrejas e mesmo as irmandades religiosas de leigos somente ganharam impulso na segunda metade do século (Brasil, 1858, p. 23).

Também não havia em toda a província uma única ordem religiosa. A presença de religiosos acontecia esporadicamente por ocasião de alguma missão que por acaso chegasse até aqui. A evangelização do Ceará seguiu muito de perto o processo de ocupação colonial (Girão, 1995, p. 25) e somente nas últimas décadas do século XVII, é que o Ceará entrou definitivamente no mapa da cristandade colonial portuguesa.

Em 1695, esse plano começou a ganhar forma com a fundação da aldeia de Nossa Senhora da Assunção da Ibiapaba (atual cidade de Viçosa do Ceará), onde os padres da Companhia de Jesus construíram uma rede de aldeamentos que se estendia por quase todo o território do atual estado, que serviu, entre outros fins, para criar uma comunicação por terra entre o Maranhão e Pernambuco.

A contribuição dos padres jesuítas foi decisiva não só para o crescimento econômico da região, mas contribuiu para a educação e a organização das populações indígenas.

Em 1758, os jesuítas foram caluniados pela Coroa e seus emissários por todas as formas, chamados abertamente de ladrões, corruptos, traidores do rei, o que culminou na expulsão dos religiosos. Por trás dessa expulsão tinham os mais diversos interesses, que se imbricavam uns sobre os outros, de tal maneira que é impossível apresentá-los com exatidão.¹

Embora Deus tenha continuado a alimentar a fé do povo cearense naqueles anos de quase completa orfandade de pai espiritual, em 1845, o padre Antônio Alves de Carvalho, enviado pela Sé de Olinda como visitador apostólico, foi pouco complacente com a situação eclesiástica do Ceará. Aos insistentes pedidos feitos pela população em favor da criação de mais freguesias, ele respondeu que

¹ Para um estudo mais detalhado sobre o tema, recomendamos as seguintes obras: Leite (1945) e Fernandes (1941).

tais propostas não poderiam ser aprovadas, “ao menos em alguns anos, enquanto a província se restabelece do estado de pobreza e decrescimento da população a que ficou reduzida pela seca que hora atravessa”.²

Anos mais tarde, a situação econômica do Ceará começou a mudar e a província entrou em uma importante fase de crescimento da agricultura de exportação, especialmente o algodão, mas também o café e a cana.

A melhoria do estado em que se encontrava a economia cearense é um dado importante para entendermos por quê, em 1853, passados apenas oito anos do parecer dado pelo padre Antônio Alves de Carvalho, já tivesse sido aprovada a criação de uma diocese para o Ceará.

Não queremos afirmar com isso que a implantação da diocese seja meramente o resultado de processos econômicos. No entanto, contribuiu para que em alguns meses depois da aprovação da lei que autorizava essa criação, o vigário episcopal do Ceará, padre Tomaz Pompeu de Souza Brasil, escrevesse ao Ministério da Justiça do Império justificando a urgente necessidade de criação de uma diocese para o Ceará, desmembrada da diocese de Olinda.³

7.2.

A criação da Diocese do Ceará

Desde 1853, quando uma Lei Geral permitiu que o governo solicitasse a criação canônica da diocese cearense, até 1860, quando as bulas papais – expedidas em 1854 – foram finalmente executadas pelo internúncio, vários conflitos aconteceram entre a burocracia brasileira e vaticana, uma vez que as dioceses só poderiam ser criadas pelo papa após o decreto imperial.

Apesar das grandes turbulências o sol veio a brilhar com a bula do papa Pio IX *Pro animarum salute*, de 6 de junho de 1854, que criava a Diocese do Ceará, desmembrada da de Olinda um ano após o decreto do imperador Dom Pedro II.

O território da nova diocese era quase o mesmo do atual estado do Ceará. Faltavam apenas as paróquias de Crateús e Independência, ligadas a São Luis do

² Cf. Arquidiocese de Fortaleza. *Coleção dos apontamentos de Leonardo Motta para uma história da Igreja do Ceará*. Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza.

³ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Documentação eclesiástica. *Expediente relativo à criação das dioceses do Ceará e Diamantina (organizado em quatro maços de documentos)*. Caixa 946, documento n.13.

Maranhão. A população da diocese, nesse tempo, era calculada em 650 mil habitantes e era quase totalmente católica, pois o recenseamento de 1888 registra apenas 150 protestantes e 12 judeus. À cidade de Fortaleza constavam de cerca de 9.000 habitantes. Nessa época, havia na diocese 34 paróquias e 1 curato. O número de Igrejas era de 78 e o de capelas, 11, em toda a província do Ceará.

O primeiro bispo da diocese foi o baiano Dom Luis Antônio dos Santos, sacerdote de grandes virtudes e carismas. Com muito amor e sacrifício, Dom Luis, esteve à frente de sua diocese de 1859 a 1879. No longo tempo de vinte anos de pastoreio, foi provado pelo Senhor em várias ocasiões: pela falta de recursos para a construção e formação dos seminários; pela seca de 1877-1879; pela maçonaria; pela enorme distância entre as freguesias; pelas precárias condições de vida da população distribuída na área territorial de 146 mil km²; dentre tantos outros desafios que Dom Luis teve que enfrentar.

Na década de 1860, logo após a chegada de Dom Luis, iniciou-se a prática da visita pastoral em todas as paróquias da recém-criada diocese, como recomendava o Concílio de Trento. Mesmo sem as facilidades de transporte, o bispo percorria os sertões cearenses acompanhado por uma pequena comitiva. Conhecedor da situação de pobreza da maior parte das paróquias do interior, Dom Luis avisou aos párocos que: “Não querendo de modo algum que a visita episcopal seja pesada aos reverendos párocos, só pedimos que nos previnam uma casa provida de fogo e água, correndo o mais por nossa conta” (Arquidiocese de Fortaleza, 1863).

Foram ao todo duas viagens percorrendo todas as freguesias do Ceará. A primeira visita durou nada menos que seis anos. Por isso, as visitas eram realizadas por partes e não na província toda de uma vez. Esse era um dos maiores desafios dos primeiros bispos do Ceará.

Dom Joaquim José Vieira (1883-1912), sucessor de Dom Luis, continuou essa prática das visitas pastorais como momento privilegiado de contato entre o bispo diocesano e seu rebanho. Durante os seus 29 anos de intenso trabalho pastoral, teve, a exemplo de seu antecessor, grandes desafios, acrescentados de novos e delicados problemas, como o protestantismo e a questão de Juazeiro do Norte.

7.3.

A subdivisão da Diocese do Ceará

Em 1912, assumiu o governo da diocese Dom Manoel da Silva Gomes, que, com a criação das dioceses de Crato e Sobral, e tendo sido Fortaleza elevada à categoria de arquidiocese, em 10 de novembro de 1915, pela bula *Catholicae religionis bonum* do papa Bento XV, tornou-se o primeiro arcebispo metropolitano (1915-1941). Assim, como Dom Joaquim, esteve à frente da diocese, depois arquidiocese, por 29 anos. Atuou com uma generosidade impressionante. Criou espaço para as instalações de novas paróquias e congregações religiosas em todo o Ceará.

Para a Diocese de Crato, criada em 20 de novembro de 1914 pela bula *Catholicae ecclesiae*, do papa Bento XV, fora nomeado Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva; e, para a Diocese de Sobral, criada em 10 de novembro de 1915 pela bula *Catholicae religionis bonum*, fora nomeado Dom José Tupynambá da Frota. Assim, a Arquidiocese de Fortaleza, com as duas dioceses sufragâneas, Crato e Sobral, dava corpo à província eclesiástica do Ceará.

Em 7 de maio de 1938, deu-se criação da Diocese de Limoeiro do Norte pela bula *Ad dominicum*, do papa Pio XI. Essa diocese teve como primeiro bispo Dom Aureliano Matos, que sagrado bispo em 29 de setembro de 1940, só tomou posse da sede episcopal dois anos depois, quando todas as instalações necessárias para o funcionamento da cúria e acolhimento do prelado estavam prontas.

Em 1941, fora nomeado o segundo arcebispo de Fortaleza, Dom Antonio de Almeida Lustosa, que ficou à frente do pastoreio até 1963. Durante o seu período, foram criadas mais duas dioceses: em 1960, a Diocese de Iguatu, pelo papa João XXIII, que editou a bula *In apostolicis muneris*, nomeando como primeiro bispo Dom José Mauro Ramalho de Alarcón Santiago; e, em 1963, a Diocese de Crateús, pelo papa Paulo VI, por meio da bula *Pro apostolico*, tendo como primeiro bispo Dom Antonio Batista Fragoso.

O terceiro arcebispo de Fortaleza, Dom José de Medeiros Delgado, transferido de São Luiz do Maranhão, onde trabalhou 12 anos, ficou à frente do rebanho por dez anos (1963-1973). Dom Delgado enfrentou todas as dificuldades do pós-Concílio Vaticano II com grande habilidade, maestria e lucidez e seguiu de perto a criação e instalação de mais três igrejas particulares sufragâneas em 1971,

ou seja, as dioceses “trigêmeas” de Itapipoca, Quixadá e Tianguá, pela bula *Qui summopere*, do papa Paulo VI, concluindo-se assim a atual configuração da província eclesiástica do Ceará.

Foram nomeados para o pastoreio das novas dioceses Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte, Dom Joaquim Rufino do Rego e Dom Timóteo Francisco Nemésio Pereira Cordeiro, respectivamente.

Em 1973, chegou como arcebispo de Fortaleza Dom Aloísio Lorscheider (ofm), que lá permaneceu até 1995, quando, a seu pedido, foi transferido para a Arquidiocese de Aparecida do Norte (SP). Em 24 de abril de 1976, o papa Paulo VI o nomeou cardeal. Seu sucessor foi Dom Claudio Hummes (ofm), em 1996. Vindo de Santo André, onde serviu por 21 anos (1975-1996), permaneceu pouco tempo, sendo transferido em 1998 para a Arquidiocese de São Paulo. Atualmente, é prefeito da Congregação do Clero.

Para suceder Dom Claudio Hummes o papa João Paulo II nomeou em 24 de março de 1999 Dom José Antonio Aparecido Tosi Marques, que foi transferido de Salvador, onde serviu por uma década como bispo auxiliar.

7.4.

A formação dos presbíteros do Ceará

O primeiro bispo do Ceará, Dom Luis Antônio dos Santos, encontrou uma Igreja por construir, começando dos alicerces. O clero era insuficiente e, apesar da grande dedicação dos presbíteros à missão, encontravam-se alguns problemas em relação à moralidade e à adoção de idéias pouco ortodoxas. Ressalte-se que as distâncias que dificultavam os encontros para formação, e a condição de vida dos presbíteros, na grande maioria isolados em meio ao sertão e assoberbados pelos desafios pastorais, eram elementos que contribuía para o agravamento desses problemas.

A segunda metade do século XIX foi o tempo em que novos seminários foram semeados por todo o país, o que foi motivado pela preocupação do episcopado nacional com o fortalecimento do catolicismo no Brasil, por perceber a necessidade urgente de uma formação seminarística estruturada e adequada às necessidades da Igreja, formando um clero segundo o espírito da ortodoxia e

preparado para defender os interesses da instituição e a propagação de seus ensinamentos.

Nos seminários juntamente com uma sólida formação espiritual, deve-se inculcar no espírito dos jovens levitas os princípios da verdadeira civilidade cristã, o amor da pátria, o zelo da felicidade e da prosperidade do país, firmados nos altos ensinamentos da religião (Província Eclesiástica Meridional do Brasil, 1902, n. 956).

Dom Luiz desejava formar convenientemente os que deveriam exercer aquela que era considerada a mais sublime de todas as vocações na Igreja. Segundo Trento, a vocação sacerdotal era um distintivo que separava o sacerdote do meio do povo cristão, sendo o sacerdote alguém que deveria ser exemplo de santidade de vida, “luzeiro de virtudes e de inocência” (Martins, 1962, n. 3, 28, 29). Ele também deveria ser instruído nas coisas de Deus, o que exigia uma sólida formação intelectual na teologia, na moral e nas Sagradas Escrituras.

Oferecem, pois, o Sagrado Sacrifício, por si mesmos e por todo o povo cristão; explanam a Lei de Deus; exortam e ensinam os fiéis a cumpri-la com coragem e alegria [...] Numa palavra, vivem separados de todo o povo, e exercem o maior e mais sublime de todos os ministérios (ibid., n.5).

Dom Luis, logo que tomou posse da diocese do Ceará, iniciou os preparativos para a construção do seminário, que ocupou todo seu tempo nos quatro primeiros anos de episcopado. Empossado em setembro de 1860, já em dezembro do ano seguinte enviou circulares às paróquias do interior pedindo “escolas” para a construção do seminário episcopal:

Nós, amados filhos, com vistas em Deus e nutrindo a mais bem fundada esperança de sermos atendidos, recorreremos à vossa caridade, e vos pedimos, em nome da Igreja Católica, nossa boa Mãe, e em nome da pobre e ainda nova Igreja cearense, uma esmola. É um bispo pobre que vos pede uma esmola, não para engrandecer e aformosear a vossa casa, mas para vós mesmos, para seus filhos e vindouros que bendizendo a vossa memória, se utilizarão do edifício que queremos legar à Diocese de Fortaleza (Arquidiocese de Fortaleza, 1861, p. 32).

Para a formação do seu novo clero, Dom Luis recorreu aos padres da missão, popularmente conhecidos como lazaristas, fundados por São Vicente de Paulo, que permaneceram com a responsabilidade do seminário até 1963. Vindos

da França, eles trouxeram a sua experiência na formação do clero francês dentro do espírito da ortodoxia romana.

Em 10 de outubro de 1864 foi fundado o Seminário Episcopal do Ceará que se tornara um importante centro de formação do clero.

A formação dividia-se em dois grandes blocos e durava em média dez anos. Primeiro vinham seis anos do curso preparatório, que era conhecido como Seminário Menor, e, depois, quatro anos do curso teológico, o Seminário Maior. Para ser fiel às determinações canônicas, deviam ocupar prédios separados. O projeto inicial de Dom Luis era mesmo haver dois seminários na diocese: o Maior em Fortaleza e o Menor no Crato. O seminário menor chegou a ser construído e chegou mesmo a funcionar, tendo o próprio Dom Luis se mudado por seis meses para o Crato, a fim de fiscalizar pessoalmente as obras, saindo de lá só quando o seminário abriu as portas. No entanto, uma série de problemas foi inviabilizando a sua existência, dentre eles a seca de 1877, e se optou, então, por concentrar as duas etapas da formação no seminário de Fortaleza, tomando-se as devidas precauções para que as duas comunidades ficassem devidamente isoladas no interior do edifício.

O Seminário Episcopal do Ceará passou mais tarde a denominar-se Seminário Provincial da Prainha. O seminário cearense angariou uma grande fama durante os pouco mais de cem anos em que funcionou. Possuía uma imagem muito positiva e sua fama ainda é corrente no estado 45 anos depois de ter fechado suas portas. Sua importância como centro de formação ultrapassou em muito, tanto as fronteiras eclesásticas quanto as fronteiras do Ceará e mesmo do Nordeste. Já nos tempos da comemoração do seu cinquentenário, o *Álbum histórico do Seminário Episcopal do Ceará* cantava louvores aos luminares do clero e também do episcopado que, de alguma forma, tivera alguma relação seja com o seminário, seja com a diocese cearense.

A partir do número de membros do episcopado egressos do clero cearense, ou formados no Seminário da Prainha, pode-se perceber o alcance dos resultados do projeto de criação da diocese cearense. “Um celeiro de bispo!”. É assim que é definido o antigo seminário diocesano. Segundo Girão, até o final dos anos 70 o Ceará já tinha dado 23 de seus filhos ao episcopado nacional. Entre eles estavam nomes expressivos, como Dom Helder Pessoa Câmara, falecido arcebispo de Olinda e Recife e Dom José Freire Falcão, cardeal arcebispo emérito de Brasília.

Além desses, muitos outros bispos, arcebispos e cardeais brasileiros tiveram algum tipo de ligação seja com o seminário, seja com a diocese cearense: alguns foram professores, prefeitos de disciplina e outros, alunos, como Dom Eugênio de Araújo Sales, aluno na década de 40, hoje cardeal arcebispo emérito do Rio de Janeiro e um dos mais importantes nomes do episcopado nacional das últimas quatro décadas.

Em novembro de 1966, o Seminário foi fechado pelos bispos do Ceará, objetivando adaptar a formação ao Concílio Vaticano II. Nessa ocasião, foi formada uma equipe de presbíteros para estudar e planejar os novos rumos da formação. A equipe percorreu os vários seminários do Brasil que já tinham seus programas adaptados às novas orientações, para compreender o que se poderia fazer na província eclesiástica do Ceará.

Em 2 de fevereiro de 1967, o arcebispo de Fortaleza, Dom José de Medeiros Delgado, ainda com a equipe itinerante estudando, discutindo e aprofundando o novo modelo de centro de formação, adaptado ao Concílio Vaticano II, fundou o Instituto Superior de Cultura Religiosa (ISCRE), com a finalidade de servir a todo o povo de Deus, aberto aos candidatos ao sacerdócio, a religiosos, religiosas e leigos. Tal instituto será a semente que dará origem ao ICRE (Instituto de Ciências Religiosas).

O Curso de Teologia do Instituto de Ciências Religiosas (ICRE) funciona ininterruptamente. A partir de 1971, o ICRE passou a funcionar integrado à Faculdade de Filosofia de Fortaleza (FAFIFOR), no período de 1973 a 1976. Em 1977, ganhou novamente autonomia, funcionando em dois turnos: o vespertino, destinado à formação de seminaristas, e o noturno, dirigido aos leigos e às religiosas. No ano de 1983, os dois cursos foram desmembrados, permanecendo o ICRE responsável pela formação teológica dos leigos, religiosos e religiosas. Nesse mesmo ano, o ICRE conquistou uma vitória de significativa expressão acadêmica: a declaração de equivalência do seu Curso de Teologia à Licenciatura de 3º grau, pelo Conselho de Educação do Ceará, com validade reconhecida em todo o estado do Ceará.

Atualmente, o Instituto de Ciências Religiosas conta com uma média de 450 alunos, os quais recebem formação geral nas áreas de Ciências da Religião e bacharelado em Teologia.

Dom Delgado, com a sua visão ampla e profética, favoreceu, em 1972, a criação da Faculdade de Filosofia de Fortaleza (FAFIFOR), instituição de ensino superior credenciada pelo Ministério da Educação que abrigou no seu Departamento de Teologia os cursos do ICRE. Infelizmente, anos mais tarde essa faculdade foi extinta devido a dificuldades conjunturais.

No ano de 1973, inaugura-se o Seminário Regional do Nordeste 1, no bairro Dias Macêdo, em Fortaleza, como residência para os seminaristas diocesanos de todo o Regional Nordeste 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que na época era constituído pelos estados do Ceará, Piauí e Maranhão. No mesmo ano, o curso seminarístico passou a ser denominado Curso Maior Teológico. No intuito de fortalecer esse curso e torná-lo mais completo, em 1976 o ICRE acresceu o seu programa de dois anos filosóficos, separando-se da FAFIFOR em 1978. A partir de então, o curso do ICRE para leigos, ministrado à noite, especializou-se cada vez mais em formar professores de Religião e, em 1983, tornou-se autônomo em relação ao Curso Maior de Teologia.

O curso seminarístico, por sua vez, deixou de ser promovido pela Arquidiocese de Fortaleza e foi transferido a um instituto independente, mantido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Regional NE 1. Assim nasceu, em 1985, o Instituto Teológico-Pastoral do Ceará (ITEP), que forma o clero cearense até os dias atuais.

Em 1987, diante do crescente número de vocações e para uma melhor formação, os bispos separam os candidatos ao sacerdócio do curso de filosofia daqueles da teologia, abrindo uma nova casa de formação no bairro Antonio Bezerra, também em Fortaleza, mas ambas as comunidades frequentavam o ITEP.

Diante dessa nova realidade e da dificuldade de encontrar sacerdotes que pudessem assumir a missão da formação, uma vez que as atividades missionárias e pastorais exigiam a presença desse em meio ao povo, no ano de 1991 os bispos do Ceará confiam aos Padres Eudistas o Seminário Regional do Ceará.

Todos os seminaristas das dioceses da província eclesiástica do Ceará residiam numa das casas do Seminário Regional e frequentavam as aulas no Instituto Teológico-Pastoral do Ceará.

Em 1997, inicia-se uma nova experiência de formação em algumas dioceses. O crescente número de vocações na década de 1990 e as dificuldades econômicas na manutenção dos seminaristas no Seminário Regional motivaram

Dom Adélio Tomasin, bispo da Diocese de Quixadá, a criar o Instituto Filosófico Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão, onde seria oferecido o curso de filosofia, nas estruturas físicas da Escola de Catequese já existente na cidade de Quixadá. Essa ideia foi apoiada, posteriormente, por alguns outros bispos que também enviaram seus seminaristas para cumprir seus estudos naquela Diocese.

No início da década de 1990, Dom Adélio já havia começado a enviar seminaristas, presbíteros, religiosos e religiosas, e, posteriormente, leigos às universidades romanas, para se especializarem nas mais diversas áreas teológicas e filosóficas, de acordo com as ajudas que obtinha por meio de bolsas de estudo de instituições beneméritas ou de pessoas particulares que desejavam contribuir com a Diocese de Quixadá.

A conclusão da primeira turma de filosofia coincidiu com o retorno dos primeiros mestres formados em Roma, o que motivou Dom Adélio a criar também o curso de teologia, surgindo assim o Instituto Filosófico Teológico Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão, sendo ambos os cursos credenciados, posteriormente, pelo Ministério da Educação.

Atualmente, algumas dioceses criaram seus próprios cursos de filosofia e teologia, outros bispos estabeleceram casas de formação da Diocese na cidade de Fortaleza para a residência dos seminaristas e os mesmos frequentam os cursos de filosofia e teologia oferecidos pelo Instituto Teológico-Pastoral do Ceará.

Assim, apesar das dificuldades e da redução do número de seminaristas e dioceses presentes, o Seminário Regional, seja a casa da filosofia, seja a casa da teologia, permanece desenvolvendo o trabalho confiado pela CNBB – Regional NE 1. E o ITEP continuará sendo sempre o centro de unidade da formação intelectual e pastoral do clero cearense.

7.5.

Atuação pastoral e sensibilidade social do presbítero cearense

O projeto de reconstrução da cristandade é a referência fundamental para situar a autoconsciência eclesial em que o clero cearense foi formado, sua atuação pastoral e sua sensibilidade social.

No Brasil, a Igreja católica assumiu uma atitude silenciosa diante do fim do sistema de união (trono – altar) decretado com o advento da República. Era o

“silêncio do vencido” (Arquidiocese de Fortaleza, 1891). A Igreja não choraria a morte do regime político que a mantivera por quatro séculos refém das razões de estado e impedira que ela, livremente, exercesse sua missão. A liberdade que a Igreja conseguiu frente aos interesses do Estado possibilitou que ela, a partir de 1889 e ao longo das primeiras décadas do século XX, conseguisse um grau de organização eclesiástica e de integração eclesial que proporcionou um poder de barganha nunca antes visto no sistema de padroado.

De modo geral, entre 1890 e 1916, a Igreja se preocupou, sobretudo, com a consolidação de reformas internas, mas alguns líderes começaram a promover sua presença mais marcante na sociedade, antecipando o modelo de neocristandade (Mainwaring, 1989, p. 41).

“Restaurar tudo em Cristo!”:⁴ Esse lema pode ser considerado o marco referencial teórico do projeto de reconstrução da cristandade, projeto que oscilava entre um modelo ao mesmo tempo “retrospectivo”, que olhava para uma cristandade medieval, idealizada pelo romantismo, e “prospectivo”, que concebia uma cristandade parcialmente dessacralizada pela presença de realidades profanas no seu interior (Reis, 2008).

A *Rerum novarum* (1891) foi o marco fundamental dessa mudança de perspectiva. Com o agravamento do perigo, representado pelo desenvolvimento das ideias socialistas, a Igreja julgou importante continuar contribuindo de forma positiva com seus ensinamentos, que estimulavam os católicos em sua militância:

Os católicos tiraram de nossas cartas frutos assaz abundantes, porque não somente nelas auriram animação e forças para prosseguirem as boas obras que tinham empreendido, mas também encontraram nelas a paz que desejaram, e graças a qual se puderam entregar, com mais segurança e êxito, ao estudo das questões desse gênero (Leão XIII, 2005, p. 762).

O envolvimento dos católicos com a questão social, mesmo seguindo as orientações do papa sob a presença vigilante dos bispos, ainda podia levar, principalmente os leigos menos experientes, a incorrer em erros. A orientação fundamental era de sair das discussões políticas para o campo da ação social. Colocando de lado sua doutrina política, Leão XIII consagrou todos os esforços à

⁴ Lema do Pontificado do papa São Pio X (1903-1914) e que pode ser considerado lema e grito de guerra na neocristandade.

Doutrina Social da Igreja como lugar por excelência para o exercício da caridade cristã e das demais virtudes evangélicas.

Agindo em plena comunhão com os ensinamentos da Igreja, a ação social dos católicos deve estender-se desde a esmola tradicional, que procura sanar situações imediatas, até a criação de um sistema de instituições permanentes de auxílio e promoção dos pobres: associações operárias, caixas rurais de crédito, secretariados do povo, sociedades de socorro mútuo (ibid., p. 654).

A Igreja compreendeu, naquele momento, que não poderia mais prescindir da atuação de seus membros leigos (Gomes, 2000, p. 254) e, diante do ideal de restauração da cristandade, cria a Ação Católica. A atuação de um laicato forte, disciplinado e comprometido com os ideais cristãos seria fundamental “na reconstrução de uma cristandade num mundo em processo de secularização e nos confrontos com o Estado liberal, laicista e aconfessional” (ibid., p. 28).

O Ceará foi precoce na organização da Ação Católica. Enquanto no restante do país ela foi organizada oficialmente nos anos 1930, no Ceará isso aconteceu na década de 1920:

Já na década de 1920 tinham sido criadas a União dos Moços Católicos, de Médicos Católicos, de Professores Católicos, entre muitas outras. O Ceará antecipou-se à criação da Ação Católica em nível nacional que se inicia oficialmente somente em 1935 (Parente, 1999, p. 121).

A presença maciça de católicos em todos os espaços de construção da vida social, especialmente na política, levaria, segundo o pensamento católico da época, a uma cristianização da sociedade.

No Ceará, um dos polos geradores desse processo foi justamente o Seminário da Prainha, administrado pelos padres lazaristas de origem francesa e holandesa. Foi por intermédio deles que o chamado “catolicismo social” chegou ao Ceará e passou a influenciar gerações inteiras de presbíteros e também de leigos. Um dos principais frutos dessa organização dos trabalhadores cristãos no Ceará foi a Legião Cearense do Trabalho, fundada com a colaboração do jovem padre Helder Câmara. A Legião Cearense do Trabalho teve um impacto muito grande na organização dos trabalhadores cearenses e serviu de modelo para outras organizações.

Foi com essa visão de o que é a Igreja e qual sua missão no mundo que os seminaristas saíram do Seminário da Prainha no início dos anos 1930. Prontos para cerrar fileiras nos exércitos de Deus. No Congresso Eucarístico Nacional, em 1927, os católicos entoavam: “E ver a Igreja respeitada, são nossos votos de Cristão!”. Esse brado ecoou com força pelas próximas décadas. Os seminários, por sua vez, eram, no âmbito das Igrejas particulares, a caixa de ressonância desse brado de guerra. Toda a formação do clero deveria ser orientada para a vitória do projeto de restabelecimento da velha cristandade e para restabelecer a “paz de Cristo no Reino de Cristo”.⁵

Considerando que entre 1914 e 1949 os quatro reitores do seminário tinham ligações diretas com a organização da Ação Católica, todos profundamente envolvidos com o catolicismo social, é fácil perceber como conseguiam encher os corações de seus jovens discípulos de ardor pela militância social. Esse espírito de militância social foi forjado a partir da leitura feita pelos seminaristas, sob atenta orientação de seus formadores, da *Rerum novarum* e, posteriormente, da *Quadragesimo anno*. Além disso, os seminaristas eram incentivados a acompanhar as expressões concretas dessa militância: “Enquanto filosofávamos, íamos seguindo o movimento popular católico dos Círculos Operários, os debates do Integralismo e da Legião Cearense do Trabalho” (Andrade, s.d., p. 269).

A adjetivação seminário social reportava aos embates entre católicos sociais e católicos integrais, que aconteceram nos últimos anos do pontificado de Leão XIII e continuaram nos pontificados seguintes, especialmente no de Bento XV.

A expressão catolicismo social nasceu, um pouco contraditoriamente, no interior do “intransigentismo”,⁶ em oposição à atitude dos católicos liberais. A encíclica *Rerum novarum* (1891) foi o coroamento de toda essa reflexão. Pela primeira vez, um papa se pronunciava sobre questões que antes só eram tratadas por socialistas. Sob o ministério de Leão XIII, o catolicismo militante e decidido a

⁵ Lema do Pontificado de Pio XI (1922-1939) e que representava bem as propostas da Igreja para o mundo abalado pela guerra, por revoluções e pela gripe espanhola.

⁶ O intransigentismo via no liberalismo a ideologia que sintetizava todos os males – como via no socialismo e no comunismo, posteriormente, um exacerbamento do liberalismo – contra os quais era necessário travar uma luta intransigente para conservar os fundamentos integrais da fé e da tradição. O intransigentismo preconiza a restauração da ordem, da autoridade, de cristandade – uma sociedade e um Estado “cristãos” –, isto é, com uma religião oficial – dos fundamentos da fé e da tradição (Da Silva, 2000, p. 77).

reconquistar espaços perdidos passou a se definir como social, no plano da prática, e integral, no plano das representações (Gomes, 2000, p. 77).

O que se viu no Ceará, neste sentido, foi algo inesperado e pouco comum em seminários de orientação ultramontana como a Prainha de então. Padres e seminaristas acompanhando e atuando decisivamente na organização de movimentos de cunho social.

Foi essa bagagem, ao mesmo tempo teórica e prática, recebida em sua passagem pelo Seminário Provincial do Ceará, que os presbíteros levaram para suas primeiras experiências pastorais no sertão e em Fortaleza. Foi esse espírito de militância social, e sensibilidade perante a condição dos operários e dos pobres em geral, que os guiou em seu caminho como pastores numa região pobre e abandonada pelos poderes públicos. Essa sensibilidade foi posta à prova nos anos imediatamente seguintes às suas ordenações, quando o Ceará, mais uma vez, amargou a experiência secular das secas, e os jovens presbíteros tiveram de acudir, material e espiritualmente, seus rebanhos famintos e abandonados.

O fechamento do Seminário Provincial do Ceará, em 1967, fruto da preocupação dos bispos do Ceará em aprofundar a questão específica da formação sacerdotal diante das mudanças da sociedade, deu origem a uma pesquisa sobre os programas acadêmicos, a espiritualidade do presbítero diocesano e a primazia da orientação pastoral na formação, visando modificar os programas, acrescentando novas disciplinas e estágios pastorais. Porém, embora muitas mudanças tenham sido necessárias e algumas correções feitas no processo de formação seminarística do clero cearense, o aspecto social jamais fora deixado à margem:

No processo de mudança o povo cearense é chamado a ser autor principal do seu êxito ou de seu fracasso [ver *Populorum progressio*, 15]. É indispensável, contudo, que o povo se torne capaz de participar na realização do desenvolvimento. Por esta razão, aplicamos ao Ceará a grave afirmação de Paulo VI: a educação de base é o primeiro objetivo dum plano de desenvolvimento [ver *Populorum progressio*, 35]. Os pastores da Igreja são chamados a animar a ação social no Ceará numa atitude de serviço. Eles não querem organizar a construção da cidade humana. Querem, sim, estar presentes com simpatia fraterna a toda ação social justa (CNBB-NE 1, 1969b).

7.6.

Os desafios da ação pastoral do presbítero no sertão cearense

A Igreja do Ceará que surgiu no curso da história não vinha do nada: era um ramo de uma Igreja que já tinha quase 400 anos de história no Brasil e quase 2.000 anos de existência na terra. A mesma seiva a penetrava: a mesma fé e o mesmo Evangelho, o mesmo Senhor e o mesmo Espírito, a mesma missão e a mesma esperança. Pois é dessa fonte profunda que vive e respira todo o povo de Deus. E é daí também que provêm a unidade e universalidade da grande Igreja de Cristo.

Cristo é o único e permanente pastor da Igreja. É Ele que continua a anunciar a palavra da vida e a comunicar a vida eterna. Seu Espírito é o único princípio capaz de vivificar a palavra, as celebrações e a missão da Igreja. Seu poder vitorioso pode operar mesmo *sub contraria specie*, ou seja, por meio de estruturas históricas opacas e mesmo infiéis. “A graça de Deus não está amarrada aos sacramentos” – repetiam os doutores eclesiásticos.

E, contudo, Deus quer precisar de colaboradores, “servos e administradores” que lhe sejam fiéis.⁷ A vida da graça requer estruturas que se conformem à natureza dessa mesma graça. Ela busca canais que transmitam, de modo mais direto e eficaz, sua força salvadora. E tal é o sentido da *Ecclesia semper reformanda*. E essa é também a razão dos esforços de renovação iniciados com o Vaticano II e levados adiante na América Latina a partir de Medellín. É dentro desse imenso processo de renovação que se situa a Igreja do Ceará. Ela foi e continua sendo uma experiência eclesial que busca ser uma mediação particularmente diáfana e eficaz da força do Evangelho no sertão e na cidade.

Os presbíteros do Ceará destinados a ser testemunhas do Evangelho numa das regiões mais pobres do país, chegados às suas paróquias, deparam-se com inúmeros problemas, das mais diferentes ordens, que aguardam solução. Uma série de questões espera que eles, como representantes de Cristo, Cabeça da Igreja, tragam respostas, as quais eles, na maioria das vezes, não têm. Um desses graves problemas é o da seca e suas consequências para a vida dos sertanejos, em especial dos mais pobres.

⁷ Cf. 1Cor 4,2.

Nos anos 1930, a grande carência de presbíteros na Arquidiocese de Fortaleza, assim como em muitas outras regiões do país, forçava as autoridades diocesanas a encaminhar os presbíteros recém-ordenados diretamente para o provimento das muitas paróquias vacantes existentes. Os presbíteros ordenados em agosto de 1931 são um caso emblemático para se compreender a ação pastoral dos presbíteros cearense, diante do grande desafio próprio da região, a seca.

Às vésperas da seca de 1932, uma das maiores que atingiram o Ceará no século XX, vários desses jovens ungidos chegam às suas paróquias espalhadas pelo sertão. O quadro era catastrófico, o gado estava dizimado e as plantações também. Como conseqüência, o povo faminto e entregue à própria sorte. Na luta desesperada contra a morte prematura, pegar a estrada se transformava na única e última chance de escapar ao cutelo da morte. Os caminhos do sertão apontavam rumo a Fortaleza; às serras úmidas, que desponta como oásis daquele cenário de desolação; e a alguns municípios onde o governo tinha criado frentes de trabalho em secas anteriores. O poder público, quase totalmente ausente, tomava medidas paliativas que não solucionavam a situação.

Dentro daqueles jovens presbíteros ecoava a Palavra de Deus, que os chamava a prolongar naquele momento histórico, a ternura de Deus, que escuta o clamor que o povo Lhe dirige, carregado de dor e confiança. Foram chamados e constituídos por Deus a serem profetas, para arrancar e para destruir, para exterminar e para demolir, para construir e para plantar.⁸

Para esse cenário apocalíptico, contribuía grandemente a prática da corrupção generalizada que marcava as administrações municipais e estaduais de então. Os coronéis e seus aliados locais não tinham qualquer problema em aumentar suas rendas e fortunas à custa da miséria, da fome e da morte de milhares de flagelados.

O exemplo de Jesus mostrava a esses presbíteros que não podiam aceitar uma explicação fatalista sobre aquela realidade de morte. Encontrando-se no meio do povo marcado pela pobreza e pelas injustiças, deviam anunciar a Boa Nova do Reino de Deus que exigia a transformação radical daquela realidade. As privações do povo não decorrem da vontade de Deus. Muito pelo contrário, Jesus foi enviado pelo Pai justamente para anunciar a Boa Nova aos pobres, para proclamar

⁸ Cf. Jr 1, 10.

a libertação aos presos, a recuperação da vista aos cegos, para restituir a liberdade aos oprimidos e proclamar um ano da graça do Senhor.⁹

Diante do exposto, percebem-se os grandes desafios encontrados por esses homens de Deus logo no início de seus pastoreios. Não se tratava de grandes embates teológicos, contra protestantes ou espíritas, para os quais se haviam preparado no seminário. Nem se tratava de grandes embates políticos ou ideológicos, contra maçons, liberais, comunistas, anarquistas, como os que estavam na ordem do dia na velha Europa. Tratava-se de uma questão bem menos complexa, porém, mais urgente e grave: salvar das garras da fome dezenas e centenas de pobres famintos que, sem esperança no poder público e na ação dos homens de política, viam nos presbíteros, os verdadeiros pastores da grei, uma tábua de salvação.

Apesar da aparente impotência, os presbíteros não se deixavam abater e buscavam, incansavelmente, solução para os problemas. Seus esforços iam muito além das esmolas e do tipo de socorro oferecido pelo governo às vítimas das secas. A ação social dos presbíteros durante as grandes estiagens partia de projetos que resolviam ou, pelo menos amenizam a situação dos mais pobres, e não era só isso. Além de atender os que tinham fome e sede e os que eram atingidos pelas epidemias os presbíteros acabavam traçando as linhas mestras de propostas de convivência com as secas, que seriam assumidas, posteriormente, pelos programas oficiais do governo.

É importante perceber a ação de Deus, que, iluminando e fazendo obras através de seus enviados, instruiu-os a apresentar o Reino de Deus em termos de vida em abundância.¹⁰ Com olhar profético, eles perceberam que a seca ainda poderia fazer muitos estragos pelo sertão e propuseram iniciativas para a solução dos problemas dos flagelados, pois o valor supremo do Reino de Deus é a vida humana, homens e mulheres, chamados a participar plenamente da vida do próprio Deus.¹¹

Assim, algumas vezes propuseram construção de barragens que aliviaram a fome e a sede da população carente. Outras vezes, embora sem o apoio das elites locais ou mesmo sem apoio técnico, sugeriram a construção de estradas. A ideia

⁹ Cf. Lc 4,18-19.

¹⁰ Cf. Jo 10,10.

¹¹ Cf. Jo 5,26.

era aproveitar o momento de paralisia das atividades econômicas tradicionais e investir os recursos federais em obras de infraestrutura, numa perspectiva de longo prazo, ao mesmo tempo em que se matava a fome dos camponeses atingidos pela seca.

Por mais que esses projetos grandiosos aos olhos humanos tenham concorrido para a prosperidade dos municípios e da região do sertão, uma coisa sobressai em tudo isso: a ação caritativa e o zelo pastoral dos presbíteros do sertão. Paralelamente a essa luta por trabalho e pelo desenvolvimento da região, os presbíteros sempre mantiveram, seja nos períodos de seca, seja nos anos de bom inverno, um atendimento frequente aos mais pobres com alimentos e outros itens de primeira necessidade.

Mas não era só de ações caritativas de açudes, barragens e estradas que o projeto social do clero cearense era constituído. Somava-se a este gesto concreto de caridade, o elemento fundamental da missão apostólica, a Evangelização, que se manifestava na disponibilidade dos presbíteros de visitar as famílias nas mais longínquas comunidades, no diálogo atencioso e fraterno, na administração dos sacramentos, nos cursos de formação, nas reuniões com as comunidades, além de todas as práticas religiosas que mantinham acesas no coração do povo sertanejo o amor, a fé e a confiança em Deus.

Com isso, percebe-se que, aliado à preocupação com a infraestrutura e com o socorro imediato dos abandonados, havia um projeto de maior alcance e que deveria trazer a definitiva redenção do sertão de suas misérias mais profundas e antigas. Ela visava quebrar o círculo vicioso da miséria, que se retroalimentava ao longo dos anos e dos séculos: a miséria econômica alimentando a miséria social que, por sua vez, alimentava a miséria cultural, que, por sua vez, alimentava a miséria política, a qual cuidava para que a cadeia sem fim de miséria, subserviência e morte nunca se rompesse, mantendo os sertanejos numa situação que muito pouco tem mudado até hoje.

Esse projeto de maior alcance era a educação. Educar todas as camadas sociais: formar um povo, obviamente comprometido com os ensinamentos da Igreja e que pudesse ser porta-voz de suas próprias demandas e de seus interesses. Educar para o trabalho, para romper a miséria, mesmo que não se cogitasse, nem em sonho, uma radical transformação das estruturas sociais.

Na época imediatamente posterior, encontraríamos uma nova geração de presbíteros, envolvidas numa Igreja que compreendia a necessidade de tomar parte no processo do desenvolvimento integral dos homens e das comunidades da região. Isso requeria, da parte desses presbíteros, orientar um conhecimento detalhado e aprofundado à luz do Evangelho e do magistério, da realidade demográfica, sócio-econômica, política e cultural:

A Evangelização deve motivar os cristãos para se engajarem na libertação e promoção integral do homem, objetivando a mudança das estruturas de opressão. A Evangelização só é autêntica quando ajuda o homem a ser livre, conforme o sentido bíblico de libertação, que significa destruir o pecado e seus frutos [egoísmo, imperialismo, ignorância, fome, marginalização...] (CNBB-NE 1, 1969a).

7.7.

A missão da Igreja do Ceará à luz do Concílio Vaticano II

Com a promulgação do Concílio Vaticano II, os bispos do Regional NE 1 da CNBB, que naquela ocasião abrangia os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, realizaram vários encontros para conhecer, discutir, aprofundar e definir a missão da Igreja na região. Para terem uma visão ampla consultaram técnicos dos mais variados setores da sociedade, que apresentaram seus pareceres científicos. Tomando como base os dados apresentados, iniciaram uma reflexão sobre o significado dessa realidade no plano de Deus.

Tal reflexão confirmou a imagem que já se tinha de um Nordeste vítima da gritante injustiça, impelido por forte desejo de desenvolvimento, que estava sendo implantado em algumas áreas, mas de modo predominantemente unilateral, em proveito de uma pequena minoria. Enquanto isso a maioria da população continuava marginalizada, condenada a uma miséria cada vez mais desumana e desumanizante, em que já vivia há muito afogada.

Diante dos desafios identificados – dentre eles aquele de repensar a ação concreta da Igreja, exigido pela própria realidade, que necessitava de uma mudança de perspectiva –, a ação social da Igreja, que ainda apresentava característica assistencialista, favorecendo uma conformação dos seres humanos à sua situação miserável, precisava se tornar uma ação que promovesse a dignidade humana, colocando o ser humano como protagonista da sua história.

Inconformada com esse quadro de morte, a Igreja passou a perscrutar a Palavra do Senhor por meio da sua revelação interpretada pelo magistério, especialmente nas palavras do Vaticano II e dos pontífices João XXIII e Paulo VI, o que levou os bispos a declararem com convicção firme que não é aquela a situação querida pelo Pai para seus filhos:

A situação social do homem cearense exige uma mudança ‘audaciosa, profundamente inovadora e urgente’, como afirma Paulo VI para as regiões subdesenvolvidas do mundo e acaba de confirmá-lo na Organização Internacional do Trabalho (OIT). O objetivo da mudança é pôr o desenvolvimento a serviço de todos, uma vez que Deus, ao criar ‘o homem a sua imagem e semelhança, cria a terra e tudo que nela existe para uso de TODOS de maneira justa’ (Medellín, 69) (CNBB-NE 1, 2007, p. 4).

Todos os homens, em verdade, são fundamentalmente iguais, pessoas humanas chamadas a participar consciente e responsabilmente no domínio do universo. Todos com a vocação essencial para o progresso, para o desenvolvimento integral, que é o desenvolvimento do ser humano e de toda a sociedade humana, a ser construído por ela própria, com a participação ativa de todos e de cada um. Pois todos foram criados à imagem do seu Filho. Portanto, o desenvolvimento se torna a realização inicial da plenitude do ser humano, que se consumará no Cristo total na eternidade, de acordo com o plano do Criador.

Paulo VI, falando sobre o desenvolvimento dos povos, sublinha que a situação atual do mundo exige uma ação conjunta, a partir de uma visão clara de todos os aspectos econômicos, sociais, culturais e espirituais. Conhecedora da humanidade, a Igreja, sem pretender de modo algum imiscuir-se na política dos Estados, tem apenas um fim em vista: continuar, sob o impulso do Espírito consolador, a obra própria de Cristo, vindo ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar, não para condenar, para servir, não para ser servido.

Mais uma vez, encontra-se a preocupação do pontífice de definir o papel da Igreja e do Estado. Fundada para estabelecer já neste mundo o reino do céu e não para conquistar um poder terrestre, a Igreja afirma claramente que os dois domínios são distintos, como são soberanos os dois poderes, eclesiástico e civil, cada um na sua ordem. Porém, vivendo na história, deve estar atenta aos sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho. Comungando nas melhores aspirações dos homens e sofrendo de vê-los insatisfeitos, deseja ajudá-los a

alcançar o pleno desenvolvimento e, por isso, propõe-lhes o que possui como próprio: uma visão global do homem e da humanidade (Paulo VI, 1997, n. 13).

O Regional NE 1 da CNBB toma consciência de que é missão da Igreja ajudar esses seres humanos a se libertar da situação de escravidão a que estavam submetidos. Justificam os bispos:

É que a Igreja, guiada pelo Espírito Santo, deseja continuar a obra de Jesus Cristo que veio ao mundo para dar testemunho da verdade para salvar e para servir. Para servir àqueles a quem deseja salvar, a pessoa humana, a sociedade dos homens, a todos os homens em sua unidade e totalidade – corpo e alma – ao homem concreto aqui e agora (1968).

Os presbíteros, necessários colaboradores da Ordem episcopal e membros efetivos do processo de reflexão, compreendiam, junto com os demais fiéis, que era indispensável um serviço à humanidade presente no Ceará e demais estados que compunham o Regional NE 1 da CNBB condizente com a sua condição de ser e existir para salvá-la. E salvá-la era prioritariamente libertá-la das injustiças e misérias, fruto do pecado.

Proclamar desinteressadamente estas verdades para o povo cearense se tornou um dos serviços mais urgentes da Igreja do Ceará.

O anúncio profético da Igreja do Ceará é, ao mesmo tempo, um apelo fraternal para que os cearenses se libertem de sua escravidão, não menos real e perigosa, àqueles que consciente ou inconscientemente são dominadores e opressores dos irmãos menos favorecidos.

Embora a Igreja tenha feito muitas ações concretas em favor da pessoa humana e tenha colaborado em importantes conquistas ao longo da história, infelizmente, não ofereceu ao povo a ressonância plena de seus anseios de libertação. Essa foi a constatação a que os bispos dolorosamente chegaram diante dos depoimentos e reflexões realizadas ao longo dos anos que sucederam o Concílio Vaticano II. Assim declaram os bispos do Regional NE 1 da CNBB:

Fiéis, portanto, a Deus e ao homem do Nordeste, queremos encaminhar a nossa pastoral numa linha de promoção humana que a evangelização, a catequese, a liturgia, toda a ação pastoral enfim dê uma contribuição válida para que nosso irmão nordestino tenha consciência de seu valor de homem livre e responsável (ibid.).

É importante recordar que a posição dos bispos estava plenamente dentro do espírito de Igreja e fundamentada no seu magistério. O magistério sublinha que, em sua missão profética, a Igreja a todo o momento tem o dever de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, de tal modo que possa responder de maneira adaptada a cada geração. Tem o dever de sentir-lhe as esperanças e as aspirações, as tristezas e as angústias, sobretudo as dos pobres e dos que sofrem, e, também, o direito de emitir juízo moral sobre as realidades que dizem respeito à ordem política, quando o exijam os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas (Paulo VI, 1997, nn. 1.4.76).

É claro que diante de semelhante opção tão explícita e de oposição à situação miserável da população os riscos também eram grandes. Não faltaram incompreensões, más interpretações e até mesmo calúnia. Isso se prolongou pelos anos que se sucederam e perdura até os dias atuais em algumas regiões do Nordeste.

Bispos, presbíteros, consagrados e consagradas e alguns fiéis leigos engajados foram acusados de oportunistas, covardes, infiéis à visão da própria Igreja. Foram perseguidos, vítimas de violência, tudo isso para se cumprir o que o próprio Jesus Cristo previa: “Felizes sois, quando vos injuriarem e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim”.¹²

Mesmo diante de tudo isso, a Igreja do Ceará se manteve fiel aos seus propósitos e exortavam os bispos:

Ai de nós, porém, se não evangelizarmos [1Cor ,16]. Não podemos deixar de anunciar [At 4,20]. Acreditamos que Cristo morto e ressuscitado para todos, cujo Evangelho queremos proclamar, oferece-nos, por seu Espírito, a luz e as forças necessárias para testemunhá-lo até o fim. Cremos que não foi dado aos homens nenhum outro nome no qual seja possível se salvarem a não ser Jesus Cristo [At 4,12], o mesmo ontem, hoje e por toda a eternidade (Heb 13,8) (CNBB-NE 1, 1968).

A ação da Igreja não era de natureza política, como muitos a acusavam. Porém, toda política que ajudasse o homem cearense a ser mais humano interessava, como interessa até hoje, missão da Igreja.

A carência de uma consciência política em nossos países torna indispensável a ação educadora da Igreja, com vistas a que os cristãos considerem sua

¹² Mt 5, 11.

participação na vida política da nação como um dever de consciência e como o exercício da caridade em seu sentido mais nobre e eficaz para a vida da comunidade (CELAM, 2004).

A Igreja, ao motivar na fé a consciência dos cristãos, estava também contribuindo para a politização do povo, ao mesmo tempo em que apoiava as autoridades públicas em tudo o que diz respeito ao bem do povo, participando de iniciativas particulares que estivessem em harmonia com a visão cristã da Ação Social, como prestar mútua colaboração, com recurso humano ou material, às iniciativas oficiais das dioceses.

É dentro desse novo jeito de ser Igreja que surgirá uma das propostas mais ousadas da construção de uma Igreja popular e libertadora: a Igreja de Crateús.

Criada em 1963, período marcado por grandes mudanças em nível eclesial e social, a Diocese de Crateús recebe o seu primeiro bispo Dom Antonio Batista Fragoso¹³ no ano de 1964. Proveniente da Arquidiocese do Maranhão, onde fora bispo auxiliar, assume o governo da diocese em pleno início do regime militar. Dom Fragoso tinha o desejo de suscitar um modelo de Igreja inspirada no Concílio Vaticano II.

Em 1968, a Conferência de Medellín vai aperfeiçoando esse novo rosto que a Igreja deve assumir na América Latina, onde se tomam atitudes diferentes diante da situação de morte em que o povo se encontra: opção pela via da misericórdia e persuasão em vez da violência, ministério ordenado a serviço e em

¹³ Dom Antônio Batista Fragoso nasceu no dia 10 de dezembro de 1920, filho de José Fragoso da Costa e de Maria José Batista da Costa, em Sítio Riacho Verde, Município de Teixeira, na Paraíba. Fez seus estudos eclesiais no Seminário da Paraíba. Sua ordenação presbiteral deu-se no dia 2 de julho de 1944. Foi assistente eclesial do Círculo Operário, em João Pessoa; assistente da Juventude Operária Católica do Nordeste (1947-1957); vice-reitor do Seminário da Paraíba; Capelão do Colégio Pio X (maristas), em João Pessoa; Capelão do Colégio das Lourdinhas, em João Pessoa; professor no Seminário da Paraíba (1944-1957). O papa Pio XII o nomeou bispo auxiliar de São Luís do Maranhão no dia 13 de março de 1957, com a sé titular de *Ucres*. Sua ordenação episcopal deu-se em 30 de maio de 1957, pela imposição das mãos de Dom José de Medeiros Delgado, Dom Otávio Barbosa Aguiar e Dom Manuel Pereira da Costa. No dia 28 de abril de 1964, o Papa Paulo VI o nomeou primeiro bispo de Crateús, função que exerceu até 18 de fevereiro de 1998, quando apresentou sua renúncia por limite de idade, sendo sucedido por Dom Jacinto Furtado de Brito Sobrinho. Destacou-se na defesa dos direitos humanos e políticos no Brasil, de modo particular durante os chamados anos de chumbo. Assumiu como projeto de vida as linhas propostas pelo *Pacto das catacumbas*, um documento assinado por cerca de quarenta padres conciliares no dia 16 de novembro de 1965, nas catacumbas de Domitila, em Roma, durante o Concílio Vaticano II. Identificou-se com as linhas pastorais e doutrinárias da Teologia da Libertação. Foi bispo assessor da catequese no Maranhão, Piauí e Ceará; bispo assessor da catequese do Regional Nordeste I, da CNBB; membro do Departamento de Leigos do CELAM; membro da Comissão Representativa da CNBB. Lema: *Opportet Illas adducere* – Também tenho de as conduzir – (Jo 10, 16). Faleceu em 12 de agosto de 2006, em João Pessoa, na Paraíba.

comunhão participativa com o leigo, inculturação em lugar da inculcação, opção pelos pobres como oferta de conversão às classes dominantes.

Esse novo jeito de ser Igreja, ainda que fazendo parte mais dos desejos do que da realidade, tinha, de certo modo, antecipado-se na experiência da Igreja de Crateús. Essas experiências não brotaram como novidades do final do século, mas já vinham sendo gestadas nos movimentos que precederam o Concílio Vaticano II e que foram por ele assumidos. Em Medellín, houve uma confirmação com a novidade dos dois traços da opção pelo processo libertador em toda sua amplitude e pelos pobres.

Na década de 1980, já se percebiam sinais da nova eclesiologia vivenciada na Igreja de Crateús. A opção pelos pobres marcava a concepção da Igreja, as instituições da diocese e as pastorais. Era o polo em torno do qual girava a vida eclesial. Com isso, naturalmente se processou o perigoso afastamento da diocese em relação às classes poderosas, atraindo constantes hostilidades.

Uma Igreja que opta pelos pobres se torna, ela mesma, pobre e com isso modifica os meios de evangelização. No caso específico da Igreja de Crateús, sendo já pobre, o traço original é constituído pela evangelização dos pobres com meios pobres e com o testemunho de pessoas (presbíteros, consagrados e leigos) que viveram uma extrema pobreza, dando testemunho de uma pureza evangélica pouco comum.

A Igreja de Crateús foi pensada como uma “rede de comunidades”, o que em linguagem teológica se chama eclesiologia de comunhão. A comunhão eclesial diz mais que comunidades: deve se estender a todos e especialmente aos pobres, aos excluídos, aos rejeitados, independentemente de sua confissão religiosa, por ser comunhão em Cristo, que fez da Boa Nova aos pobres o centro de sua mensagem. Estas são as marcas fundas da Igreja de Crateús.

No espírito do Vaticano II, a Igreja se pusera toda sob o primado absoluto da Palavra de Deus. Esse primado da Palavra proporcionou à Igreja de Crateús coragem e liberdade profética de ensaiar novas formas concretas de se estruturar. E estas apareceram na forma de novos ministérios, revelando o duplo caráter de vitalidade e da enorme participação do fiel na vida da Igreja.

Apesar da pobreza de meios, a diocese investiu muito na formação do pessoal, com semanas catequéticas, cursos, palestras e orientação sindical. Muitos

teólogos de peso do Brasil passaram por Crateús, deixando sua parcela de colaboração.

Para coroar o seguimento radical do Evangelho vieram as perseguições. Por muitos anos, a diocese foi proibida de ter acesso à rádio Educadora. O bispo também não pôde falar na rádio. A elite local percebeu que a visão de sociedade e de Igreja ia se configurando numa linha diferente da sua expectativa. Partia-se de outro ponto e atuava-se com outra pedagogia. Ouvia-se, em primeiro lugar, o povo simples. Daí vinham as instituições e as linhas mestras a ser implementadas. E a pedagogia passava também pela conscientização e promoção humana, diferentes de qualquer paternalismo.

Dom Frago, falando sobre sua experiência, disse em uma de suas últimas entrevistas: “O sonho que durante anos foi sendo inspirado dentro de mim encontrou, nos 34 anos de pastoreio em Crateús, o chão para germinar!”. Nesse período, sua palavra forte, paciente e sincera, aliada à sua virtude de escutar com o coração e com a inteligência, representou a possibilidade de se construir uma nova história da região, na qual a canção da esperança e da igualdade substituiria o forte som dos taróis e das trombetas pela melodiosa voz da união entre o povo. O bispo tornou-se conhecido pelo seu enfrentamento à ditadura militar e pelo desprendimento e amor ao próximo ao exercer sua missão religiosa junto aos pobres, incentivou a organização de sindicatos, bateu de frente contra o poder do latifúndio, lutou pelos direitos humanos e se fez voz de muitas classes e segmentos desprotegidos socialmente.

Muitos bispos contemporâneos de Dom Frago pautaram sua ação pastoral na leitura do Evangelho, que ressaltava a libertação espiritual e material do homem, fazendo com que todos encontrassem a mensagem libertadora de Cristo em sua vida humilde e contestadora. A Igreja do Regional NE 1 da CNBB acreditava que a Igreja não poderia colaborar ou se omitir frente à opressão e exploração impostas pelos sistemas políticos e econômicos. Afinal, o “espírito de Deus” presente nos homens e mulheres e na Igreja deveria ajudar o mundo a construir uma nova realidade, na qual o “povo livre” pudesse viver em uma “terra nova”, edificada principalmente sobre valores cristãos, como a fraternidade e a bondade.

A Teologia da Libertação, como ficou conhecida posteriormente,¹⁴ propunha reflexões um tanto subversivas aos olhos militares e seu ideal de libertação atingiu não só a liturgia e os grupos de oração, mas também abrangia propostas exteriores, sugerindo mudanças na vida material das pessoas. Um de seus trabalhos foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 para atuar na defesa dos pequenos proprietários e posseiros frente aos grandes latifundiários da Região Norte. Dessa comissão originou-se o atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizado e ativo desde meados da década de 1980.

Dessa maneira, é comum destacar-se que para os católicos das décadas de 1960 e 1970 a política não se dissociava da religião, da moral, da vida privada e da fé. Endossando esse argumento, Dom Aloísio Lorscheider, cardeal arcebispo de Fortaleza durante esse período, afirma que “o homem é um ser político por natureza. Toda ação nossa, por mínima que seja, tem conotação política, tem repercussão sobre a história dos homens. É ingênuo pensar que somos apolíticos. Não existe pessoa apolítica” (Lorscheider, s.d.). Por não haver pessoa apolítica, na visão do cardeal, a Igreja deveria trabalhar nessa educação conscientizadora.

[...] ajudando os membros da comunidade a fazerem, de forma consciente e livre, as sua opção político partidária, pois é dever do cristão engajar-se politicamente. É dever do cristão acompanhar a vida política dos país e ser o melhor cidadão do seu país. Ora, é muito difícil, para não dizer quase impossível, para um cristão, colaborar na construção de uma sociedade mais dentro do plano de Deus sem um engajamento político moral (ibid.).

O engajamento político moral defendido por Dom Aloísio se encontrava na aceitação do embricamento entre fé e política. Como afirma o cardeal arcebispo de Fortaleza, “não devemos dissociar fé e vida. Política é vida, como economia é vida, como cultura é vida, como religião é vida. Não podemos dissociar fé e economia, fé e cultura, fé e religião, fé e política” (ibid.).

A verdadeira fé cristã, aos olhos da Teologia da Libertação, deveria perseverar nesse embricamento, lutando contra a opressão e a favor da justiça social. Caso isso não ocorresse, caso o cristão reduzisse sua fé a orações e rituais,

¹⁴ Segundo Muraro (2000, p. 187), o nome Teologia da Libertação foi criado em 1972 pelo teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, baseado nas experiências e atividades do laicato brasileiro sob influência de Dom Helder.

ele não seria um verdadeiro cristão e não praticaria a verdadeira fé, como escreveu o teólogo Leonardo Boff (1998).

A Igreja do Ceará, seguindo as orientações e os passos de toda a Igreja latino-americana do século XX, se encaminhou-se para uma ação pastoral profética que pudesse atingir a mais profunda realidade, onde uma política cristã não se sustentaria sem um compromisso bíblico-cristão com a mudança de estruturas humanas opressoras.

A reflexão teológica redescobriu a Deus Pai de Jesus Cristo como Deus da aliança com os marginalizados e desclassificados pela sociedade. Um retorno ao cristianismo da misericórdia, não apenas da assistência pela esmola, mas do compromisso com a superação das desigualdades sociais. A Teologia da Libertação, portanto, não se reduz à dimensão política, acusação que lhe foi feita, mas oferecia uma nova espiritualidade para engajamento paroquial, comunitário e religioso.

Nos anos 1980, percebem-se na Igreja do Ceará duas experiências de Igreja que parecem prenunciar um futuro novo, uma Igreja com fisionomia nova: as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e as pequenas Fraternidades de Religiosas, inseridas nos meios populares.

As CEB's são um espaço de vivência comunitária dos pobres como sujeitos sociais e eclesiais. São a grande novidade pastoral da Igreja brasileira e conclusão do processo de surgimento de uma Igreja dos pobres. A Conferência Episcopal de Puebla (1979) realçou o amor preferencial da Igreja pelo povo simples e insistiu que as CEB's ajudam a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres. A Diocese de Crateús contribui com essa experiência pastoral sendo a pioneira na sua clara opção por uma Igreja popular e libertadora.

Diante desse novo rosto de Igreja, é fácil encontrar pessoas engajadas e doadas inteiramente ao anúncio do Cristo libertador. Os bispos, mas de modo especial os presbíteros, por estarem mais próximos às comunidades, engajam-se nessa forma de vida e procuram levar existência semelhante à dos pobres, com os quais vivem e de cuja condição partilham. Assumem a luta do povo e sofrem as consequências decorrentes dessa opção. São, com os pobres, perseguidos e levados a testemunhar seu amor por eles até o martírio. É a forma de vida que atualiza e concretiza o amor preferencial pelos pobres.

Na Assembléia Regional da Igreja do Ceará, em 1986, quando se traçavam as linhas da ação pastoral, Dom Aloísio destacou que, conforme a vontade de Deus, a Igreja deve apresentar e realizar eminentemente o sinal do amor e unidade. A preocupação dos bispos se vislumbrava já no próprio tema da Assembléia: *Ubi caritas et amor, Deus ibi est*. Os bispos recordavam que esse amor era exigente e se fazia necessário um esforço constante e decisivo de unidade:

O amor sincero de uns para com os outros, de todos para com a Igreja. Esposa bem amada de Jesus, de todos para com Deus sumo amor, será o selo de autenticidade, a condição, a medida, o objetivo de todo o nosso ser pastoral neste dias e pela vida afora (CNBB-NE 1, 1994).

É necessário perceber na Igreja do Ceará a diversidade de dons e de carismas e acolher tudo como elementos que conspiram para a unidade. Ser povo de Deus que caminha. Ser peregrinos, itinerantes na história dos homens e mulheres: a Igreja, animada pelo Espírito Santo, peregrina na história da humanidade. Perceber-se como integrantes do Reino de Deus em crescimento. Nada está terminado. Nada está consumado. Tudo está por ser feito. Tudo é projeto. Tudo é um lançar-se para a frente.

Naquela ocasião, já se identificavam, e isso permanece até os dias atuais, tendências mais avançadas e posições mais conservadoras. Existem modos diferentes de ser e ver a Igreja.

A autenticidade da Igreja do Ceará consistiu no esforço de caridade na verdade, exercendo a liberdade de filhos de Deus em fazer avançar a Igreja, tornando mais consistentes os laços da unidade e da comunhão no todo. Isso implicou em atitudes de despojamento, de pobreza, de comunhão e participação, numa permanente fidelidade ao Evangelho e ao povo, não receando tomar sobre os próprios ombros suas dores, enfermidades e sofrimentos,¹⁵ numa atitude de solidariedade total.

Em outras palavras, viver a espiritualidade do servo e da serva de Jahvé como a única possível no contexto em que Deus coloca seus pastores e animadores. Fidelidade ao Evangelho e ao povo à semelhança de Jesus, que veio

¹⁵ Cf. Is 53,4-6.

evangelizar os pobres, dar a sua vida pela multidão, congregar os filhos de Deus dispersos.¹⁶

O grande problema era o modelo de Igreja que se deveria orientar. Parecia necessário desvencilhar-se mais e mais de um tipo de pastoral tradicional de índole mais devocional e individualista e, sob certa forma, privatista, para uma pastoral transformadora da sociedade segundo o plano de Deus, uma pastoral libertadora. Era necessária uma Igreja mais voltada para o mundo do que para si mesma. Uma Igreja em que o povo de Deus fosse, de fato, o sujeito ativo da história, com uma coparticipação profunda na vida dos homens e mulheres como fermento de vida nova: “Nascido de uma mulher, submetido a Lei, para resgatar os que estão sob a Lei e fazer chegar a todos a adoção de filhos de Deus, herdeiros por Deus”.¹⁷

7.8. Considerações finais

Colher alguns passos da ação pastoral da Igreja do Ceará ao longo da sua história é alimentar a certeza de que o Espírito de Deus está preparando sempre um povo livre para uma terra nova.

Pensar em todas as mudanças, desafios, conquistas, vitórias, tudo que foi vivido pelos bispos, mas de modo particular pelos presbíteros, nesses longos anos de história é perceber o heroísmo e a grande fidelidade a Deus que marcaram suas vidas. Impulsionados pela miséria do povo ou pelos ensinamentos do Concílio Vaticano II e animados pelas conferências episcopais latino-americanas, estes se colocaram ombro a ombro com os pobres.

Hoje há quem se lembre deles como “terríveis” seguidores da “malvada” Teologia da Libertação. Há quem faça de tudo para apagar a memória desses pastores do povo, desses profetas que enfrentaram as autoridades. Muitos presbíteros, no campo e na cidade, movidos pelo ardor missionário, foram torturados, desaparecidos, mortos e, quando estrangeiros foram até expulsos do país, pagando pelo crime de afirmar que o rosto sofrido dos pobres era o rosto de Cristo. Muitos sofreram o martírio e jamais serão canonizados, nem precisam.

¹⁶ Cf. Lc 4,18; Mt 20,28; 1Tm 2,6; Jo 11,52.

¹⁷ Cf. Gl 4,4-7.

Deus tem seus nomes inscritos no livro da vida, porque acolheram os pobres, tiveram fome e sede de justiça.

É justo ressaltar também a atuação dos fiéis leigos das CEB's, pessoas de grande valor que, fortalecidos pela Palavra de Deus e pela Eucaristia, mergulhavam fundo nas causas de seu sofrimento, de sua opressão, iluminavam tudo com a Palavra de Deus e buscavam juntas saídas e caminhos de libertação.

Como é bonito perceber a comunhão eclesial: bispos, presbíteros, religiosos e religiosas, leigos e leigas, celebrando as alegrias, as dores, as vitórias e derrotas na luta pela libertação. Como é bonito compreender essa gente de valor consciente de sua missão profética de anunciar o Reino de Deus e denunciar as forças contrárias.

É a partir desses testemunhos vivos e da convivência com a memória dos profetas que passaram pela Igreja do Ceará – pessoas que evangelizaram como nunca, com a força da palavra e da vida – que se alimenta em cada um e cada uma o desejo de viver com sabedoria evangélica o batismo recebido. E lá onde alguém organiza o povo para que ele faça valer seu direito ao trabalho, à moradia, à saúde, à segurança, ao lazer, à vida com dignidade, seja-se capaz de enxergar o rosto desfigurado do Cristo verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, pois é necessário tomar consciência de que a libertação que Jesus veio trazer à humanidade começa aqui.

Para concluir este capítulo tipicamente histórico, deixamos que o profeta fale, exortando a todos a viver a vocação batismal:

Não somos saudosistas. Nosso projeto é para hoje. E está voltado, com vigor irresistível, para o futuro. Não queremos excluir ninguém. Mesmo quando o nosso coração nos pede excomunhão. Mas não aceitamos coexistência pacífica com as formas de opressão e desrespeito à dignidade do povo. Levamos no mais profundo de nós mesmos, uma certeza: em nós, conosco, apesar de nós, sempre, o Espírito de Deus está preparando hoje o povo livre numa terra nova. Animados dessa esperança profunda, vamos, unidos no mesmo projeto fraterno, viver as decisões que assumimos (Diocese de Crateús, 1972).